

Dívida externa: as novidades que vêm da UNCTAD

A Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), criada na década de 60 para negociar preferências comerciais generalizadas para os países em desenvolvimento e coordenar esforços para a estabilização dos preços das matérias-primas exportadas pelo Terceiro Mundo, cresceu muito sob o aspecto de representatividade nas últimas décadas. A organização, cujo secretariado funciona em Genebra, tem hoje 162 países-membros. Mas, paralelamente, a UNCTAD — especialmente depois da ascensão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e de outras associações de exportadores de produtos primários — perdeu gradualmente o prestígio como foro para as reivindicações dos países em desenvolvimento.

Contudo, a importância desse órgão das Nações Unidas tende a crescer de agora em diante, podendo mesmo vir a ter um importante papel na crise da dívida do Terceiro Mundo. Foi no plenário da UNCTAD, durante a recente realização de sua VII Conferên-

cia, que o governo japonês anunciou que elevará para US\$ 7,6 bilhões os seus programas anuais de ajuda externa, além de confirmar a reciclagem de US\$ 30 bilhões, provenientes de seus saldos comerciais acumulados, para promover o desenvolvimento dos países endividados, principalmente através do comércio, mas sem a obrigatoriedade de as importações serem feitas do Japão.

Serão criados fundos especiais para essa reciclagem, com a ativa colaboração de organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA) e o Banco de Desenvolvimento Africano (AFDB). Mas os recipientes dos recursos também terão voz. Durante a VII Conferência, o ministro das Relações Exteriores do Japão, Tadashi Kurana-ri, propôs que a UNCTAD constitua um grupo de trabalho para discutir os melhores mecanismos para a canalização dos recursos aos países em desenvolvimento.

Essa é uma abertura mais importante do que parece. As condições oferecidas, em princípio, pelo governo nipônico são magnânimas, sendo previstos empréstimos pelo prazo de doze a treze anos, com cinco a seis anos de carência. Mas, pelo menos até agora, os japoneses têm a intenção de que os juros dessas operações sejam os do mercado. Seria absurdo esperar que o Japão estivesse disposto a fazer a reciclagem de um valor tão vultoso a fundo perdido. Mas, de outra parte, os países devedores não têm nenhum controle sobre a flutuação das taxas de juro no mercado internacional, que obedece às conveniências das políticas monetárias dos grandes países desenvolvidos. Assim, se as taxas de juro disparassem no mercado internacional, como tantas vezes ocorreu no passado, os países beneficiados pela ajuda voltariam a sofrer severas restrições a seu processo de crescimento. Convocada a opinar, a UNCTAD terá oportunidade para oferecer alternativas mais criativas para a fixação dos encargos sobre

empréstimos, como, por exemplo, a capitalização dos juros, desde que as taxas ultrapassem determinados patamares.

É significativo também notar a presença na VII Conferência do diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. Além de elogiar a contribuição que o Japão está disposto a dar para a resolução da crise da dívida, Camdessus fez uma veemente defesa dos propósitos de que sua instituição está imbuída atualmente, assumindo o compromisso de que os seus programas de ajuda não comprometerão o desenvolvimento dos países recipientes. "Mais ainda", disse ele, "eu chegaria a dizer que, quanto mais pesem nos programas as realidades sociais, em especial as suas consequências para os pobres, maiores probabilidades de êxito elas terão."

Esperamos que essas palavras possam ir além da retórica que o plenário da UNCTAD está acostumado a ouvir e que se possa dizer, realmente, que algo mudou no processo de negociação de dívidas externas.